

SEGURANÇA PÚBLICA

Lula chama operação no Rio de “matança”

À imprensa internacional, presidente classifica de “desastrosa” a ação policial contra o Comando Vermelho e quer uma investigação sobre o confronto que deixou 121 mortos

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» VÍCTOR CORREIA
» LETÍCIA CORRÊA*

Uma semana após a megaoperação das forças de segurança no Rio de Janeiro, que deixou 121 mortos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamou a ação de “matança” e a classificou como “desastrosa”.

“O dado concreto é que a operação, do ponto de vista da quantidade de mortes, as pessoas podem considerar um sucesso, mas do ponto de vista da ação do Estado, eu acho que ela foi desastrosa”, afirmou, em entrevista, ontem, a agências internacionais.

Lula, que está em Belém para os preparativos da COP30, afirmou que o governo federal deverá investigar possíveis irregularidades nas mortes ocorridas no confronto.

“Estamos tentando ver se é possível os legistas da Polícia Federal participarem do processo de investigação da morte. A decisão do juiz era uma ordem de prisão (aos suspeitos mortos na operação). Não tinha ordem de matança, e houve uma matança. É importante a gente verificar em que condições ela se deu”, acrescentou.

Narcotráfico

Já sobre o conflito entre EUA e Venezuela, o presidente disse esperar que ele não escale para uma “invasão terrestre”, e demonstrou preocupação. Em sua visão, o governo de Donald Trump poderia apoiar os países da América Latina no combate ao narcotráfico, e não “ficar atirando”, em referência aos 14 ataques a barcos supostamente tripulados por traficantes, que deixaram 61 mortos.

“Eu não quero que a gente chegue a uma invasão terrestre. Eu disse ao presidente Trump que um problema político a gente não resolve com armas. A gente resolve com diálogo. Se está faltando diálogo, eu me coloquei à disposição”, enfatizou o petista. “Nós não desejamos, nós não queremos conflito na América do Sul. O único conflito que nós queremos é o verbal, que não machuca nem tira vidas, não derruba ponte, não

Ricardo Stuckert/PR



O presidente Lula durante entrevista a jornalistas estrangeiros. Ele comentou a ação no Rio pela primeira vez



A decisão do juiz era uma ordem de prisão. Não tinha ordem de matança, e houve uma matança. É importante a gente verificar em que condições ela se deu”

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

destrói ferrovia, não destrói casa”, acrescentou.

Há um temor na região de que a ofensiva escale para ataques terrestres em território venezuelano, em uma tentativa de depor o regime de Nicolás Maduro. O conflito poderia desestabilizar a região. Trump autorizou a CIA, agência de inteligência americana, por exemplo, a realizar ataques com o objetivo de enfraquecer Maduro.

Lula vem demonstrando preocupação com o cenário e criticando a interferência americana no continente. O Brasil levará o tema à Cúpula da Celac, em 9 e 10 de novembro, na Colômbia. O petista, porém, não deve participar, já que tem compromissos marcados em Fernando de Noronha, com a inauguração do novo sistema de energia solar na ilha.

“Nós vamos tentar, na Celac, discutir essa questão da Venezuela, a questão da participação das forças armadas americanas nos mares do Caribe. Não é necessário. Ou seja, a polícia tem todo o direito de fazer o combate ao narcotráfico. Tem todo o direito e a responsabilidade de fazer, e os americanos poderiam estar tentando ajudar esses países, não tentando ficar atirando contra esses países”, frisou.

Supremo

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF), na segunda-feira, a abertura de investigações contra o governador do Rio, Cláudio Castro (PL-RJ). A representação acusa o

gestor de atentado à soberania brasileira e espionagem.

De acordo com Farias, Castro teria entregado relatórios confidenciais sobre a segurança pública brasileira ao governo dos Estados Unidos. O documento afirma que o governador também se reuniu com membros da DEA (Administração de Repressão às Drogas dos Estados Unidos) para auxiliar o governo americano a classificar facções criminosas brasileiras como organizações terroristas.

“Nenhum dos atos mencionados passou por autorização do presidente da República, do Ministério das Relações Exteriores ou do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o que configura violação direta à competência privativa da União para conduzir relações internacionais”, escreveu o líder do PT.

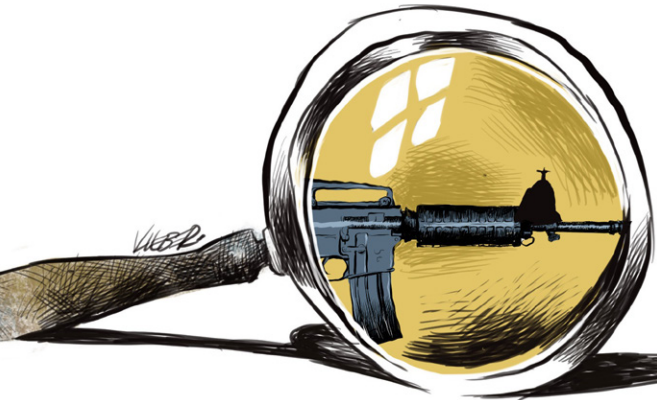
A representação solicita a abertura de inquérito, pois “ao agir como informante de um governo estrangeiro, Cláudio Castro viola a soberania brasileira e afronta o pacto federativo” e requer que o STF envie o caso para a Procuradoria-Geral da República (PGR). Também pede o afastamento de Castro do cargo, para evitar mais ações similares.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Dois delegados comandarão a CPI das organizações criminosas do Senado

O governo teve uma importante vitória, ontem, na instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado do Senado Federal: a eleição do senador Fabiano Contarato (PT-ES) para a presidência e de Alessandro Vieira (MDB-SE) à relatoria. Ambos são delegados de carreira, em condições de conferir à comissão um caráter técnico, político e simbólico, que contrasta com o debate emocional e ideológico sobre uma das pautas mais sensíveis da agenda nacional, sob o impacto da maior operação policial da história do Rio de Janeiro, que resultou em 121 mortos.

Por 6 votos a 5, Contarato derrotou o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), em votação secreta, contendo a ofensiva da oposição para transformar a agenda da segurança pública numa plataforma eleitoral de extrema-direita. O centro do debate, porém, permanece: a violência urbana, o papel das facções e a responsabilidade do Estado. A CPI será um espelho da própria crise do Estado brasileiro no combate ao crime organizado, dividido entre a necessidade de reafirmar sua autoridade e a exigência de legalidade e respeito aos direitos humanos.

A criação da CPI deu ao Senado a oportunidade de se reposicionar no debate público sobre segurança, tradicionalmente dominado por narrativas do Executivo e das forças estaduais de oposição na lógica da polarização. A operação no Rio, amplamente apoiada por governadores da oposição, deixou o governo Lula na defensiva. O Planalto defende políticas integradas e o fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), enquanto os governadores de oposição, sobretudo Cláudio Castro (PL), do Rio de Janeiro, e Ronaldo Caiado (União), de Goiás, investem em discursos de “tolerância zero” e de “guerra às facções”.

O Congresso pode reconquistar seu protagonismo, não apenas fiscalizando o Executivo, mas também produzindo um diagnóstico nacional da criminalidade organizada, suas conexões com o poder econômico e suas infiltrações nas estruturas públicas. Essa disputa não se dá apenas entre governo e oposição, mas também dentro das próprias instituições da República.

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, tenta consolidar uma estratégia de cooperação federativa, enquanto o Congresso busca marcar território legislativo sobre o tema. O Senado saiu na frente para a elaboração de uma política de Estado para o combate ao crime, algo que transcenda governos e conjunturas. Nesse aspecto, Contarato e Vieira terão papel decisivo. O placar apertado expressa a polarização do Senado, mas também a possibilidade de convergência em torno da autoridade moral e técnica de dois delegados de carreira.

Equilíbrio institucional

Contarato construiu sua trajetória pública como defensor dos direitos humanos e da legalidade. Católico, homossexual assumido e policial civil de formação, ele simboliza uma síntese rara na política brasileira: a do agente da lei comprometido com a justiça social. Sua declaração de posse — “não apoio a barbárie, mas também não romantizo quem vive sob leis de criminosos” — revela a disposição de equilibrar empatia social e rigor legal, sem aderir a extremos.

Alessandro Vieira, por sua vez, representa uma vertente liberal-institucional da alta burocracia nacional. Oriundo do movimento Muda Senado, Muda Brasil, e com passagem pelo Cidadania, ele construiu reputação de independência, defendendo pautas de transparência, ética e fortalecimento do Estado de Direito. Sua atuação durante o governo Bolsonaro foi marcada pela crítica ao populismo de extrema-direita e pela defesa da racionalidade técnica nas decisões públicas.

Como relator, Vieira tende a imprimir à CPI uma agenda de resultados concretos, voltada a reformar a legislação, propor integração de sistemas de inteligência e atacar as bases financeiras das facções. Há que traçar uma fronteira entre o crime organizado e a criminalidade comum. A combinação entre ambos, um progressista humanista e um liberal republicano, ambos com formação técnica e experiência de atuação na segurança pública, pode resultar num bom resultado dos trabalhos da CPI, o que não é trivial.

Não será um trabalho fácil. Os principais aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro estão na CPI: os senadores Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Magno Malta (PL-ES) e Marcos do Val (Podemos-ES). Em contraposição, desta vez, o Palácio do Planalto destacou suas principais lideranças para atuar na CPI: Rogério Carvalho (PT-SE), Otto Alencar (PSD-BA), Jaques Wagner (PT-BA) e Randolfe Rodrigues (PT-AP).

São quatro frentes a serem atacadas pela comissão. O crescimento das milícias, sobretudo no Rio de Janeiro, não apenas sua estrutura econômica, mas também suas conexões com o poder político, empresarial e até religioso. A expansão das facções criminosas de caráter nacional (CV e PCC), cujas redes interestaduais e internacionais precisam ser mapeadas, com ênfase nas rotas de armas e drogas. O colapso dos presídios e o domínio das facções sobre o cotidiano das penitenciárias e o financiamento e a lavagem de dinheiro, para desmantelar o aparato econômico das facções, que envolve transportes, postos de combustíveis, imóveis e criptoativos.

Ação falhou em cumprir objetivos

» CAETANO YAMAMOTO*

Professora de direito da Universidade de Brasília (UnB), Beatriz Vargas Ramos de Rezende afirmou que a megaoperação das forças de segurança no Rio de Janeiro, que deixou 120 mortos, falhou em cumprir os objetivos propostos.

“Os alvos desses mandados de sapareceram, ninguém sabe dizer onde estão. E mais: além de deixar esse saldo de extermínio e de letalidade, causaram um caos, verdadeiras horas de terror na cidade do Rio de Janeiro, envolvendo 2.500 policiais. E para quê? Se a finalidade era arrecadar armamento pesado, como fuzis, foi pífia; se o objetivo era realizar o cumprimento daqueles mandados de prisão, parece-me que, igualmente, não são dignos de louvor esses resultados”, enfatizou, em entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Mariana Niederauer, no Podcast do **Correio**.

Ela criticou as declarações do governador do Rio, Cláudio Castro (PL), de que a ação foi um “sucesso”. “Eu acho que o governador Cláudio Castro não poderia assumir que a operação teve as falhas que teve. Ele não poderia contar uma história de fracasso, porque isso seria politicamente negativo para ele”, destacou.

Na avaliação de Beatriz, a operação teve motivação eleitoral para Castro. O objetivo dele, segundo ressaltou, é explorar o clima de

Reprodução CB/D.A Press



Beatriz Rezende: “Vamos assumir o terrorismo como uma arma de Estado?”

tensão e medo. “Coloca a população naturalmente a favor das forças policiais, como se estivesse escolhendo um lado na guerra. Quer dizer, quem vai escolher o lado do bandido?”, argumentou.

Beatriz acredita que todas as ações de segurança pública que envolvem uma questão complexa, como a do combate ao crime organizado, demandam muito mais do que uma iniciativa isolada de um governo estadual.

“O próprio governador Cláudio Castro colocou isso. No início, ele

disse que tinha solicitado blindados, e que isso foi negado. Depois, disse que a polícia e os recursos estaduais sozinhos dariam conta de enfrentar a situação. É um discurso inconstante, algo que é completamente antiprofissional”, disse.

A especialista criticou a forma como a polícia agiu e a comparou com milícias. Também reprovou declarações do secretário de Segurança Pública do Rio, Victor Santos. “Quando eu ouço esse secretário Victor Santos usar a palavra ‘neutralização’ em

entrevistas, parece-me algo gravíssimo. É um eufemismo. É como se ele estivesse defendendo o extermínio. Essa posição é de milícia. Essa não é a posição da polícia do Estado Democrático de Direito. Isso é um ataque ao Estado Democrático”, salientou.

“Não vou negar que existe uma facção criminosa com requintes de crueldade e perversidade. A gente sabe disso. Mas isso justifica que o Estado abra mão de uma política de segurança pública com critérios de civilização, de direitos humanos, e o Estado passe a desvirtuar essa política? Quer dizer, nós vamos assumir o terrorismo como uma arma de Estado?”, afirmou.

Na opinião de Beatriz, a proposta da oposição de enquadrar integrantes de facções como narcoterroristas não ajudaria no combate ao crime. Ela disse que o tratamento legal é equivalente e que a razão lógica por trás disso é meramente retórica.

“Do ponto de vista jurídico, o tráfico é crime hediondo. O terrorismo também é. O terrorismo é crime insuscetível de graça, anistia, indulto. O tráfico também. O terrorismo é inafiançável, o tráfico, também. Inclusive, parece-me um benefício para os alvos envolvidos que eles passem a responder por um crime só.”

* **Estagiários sob a supervisão de Cida Barbosa**